

14° SIMULADO

TJSC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

14º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-23-08-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Janaína Arruda

Texto I

Acredito que o leitor já deva ter ouvido, em alguma ocasião, esta frase: “Parem o mundo, que eu quero descer!”

Talvez porque essas últimas décadas tenham sido – e continuarão a ser – de congestionamento dos sentidos. Há uma sensação de que não se sabe muito bem o que está acontecendo.

Fazendo parte dos quadros de uma escola de Comunicação, muitas vezes tive de lembrar a mim mesmo, aos meus pares e alunos que, por mais complexa, tecnologicamente, que se tenha tornado a intermediação entre os indivíduos e a realidade externa, nada mudou, essencialmente, nas relações interpessoais: entre eu e o(s) outros(s). Essa é apenas uma das razões pelas quais os especialistas em psicologia continuam a explicar os conflitos da alma humana a partir das mesmas lendas da civilização grega de três mil anos atrás.

Identidade e cultura sempre estiveram relacionadas. A identidade de cada um é moldada, socialmente, pelas influências culturais, por meio da comunicação. Simbolicamente, é como se alguém só se reconhecesse como indivíduo ao ver o seu reflexo no espelho da sociedade. Isso é válido para os mais diversos aspectos identitários, tais como etnia, gênero, religião, idioma etc.

Na época dos festejos do bicentenário da Revolução Francesa, assisti a um programa de debates da TV em que, para definir igualdade, o sociólogo Alain Touraine ironizou: “Qualquer francês lhe dirá que é o direito que têm todas as pessoas do mundo de serem iguais a ele!”

Descobri, então, que diversidade era exatamente o contrário. Deve ser a percepção de que existem “lá fora” seres que não são iguais a mim – seja eu francês, hotentote, homem, mulher, destro ou canhoto – e que pode haver algo em relação a esses entes diversos que possa me afetar – positiva ou negativamente.

(Adaptado de: PENTEADO, José Roberto Whitaker. “A comunicação intercultural: nem Eco nem Narciso”. In: SANTOS, Juana Elbein dos (org.). Criatividade: Âmago das diversidades culturais – A estética do sagrado. Salvador: Sociedade de Estudo das Culturas e da Cultura Negra no Brasil, 2010, p. 204-205)

01. Ao analisar o texto, percebe-se que a frase *Parem o mundo, que eu quero descer!* está relacionada a

- a) uma impressão de que a realidade externa é insensata, o que demarca um evidente rompimento entre a Contemporaneidade e a Antiguidade.
- b) um sentimento de confusão o qual parece pertencer à atualidade, porém acompanha as relações humanas desde os tempos remoto.
- c) uma insatisfação relativa à desordem entre a evolução espiritual e a evolução material, que será ultrapassada com o auxílio da psicologia.
- d) um espírito de apatia, enfrentado particularmente pelo homem moderno, diante da avalanche de estímulos ocasionada pela revolução tecnológica.
- e) um sentimento de que o mundo se transforma de modo muito acelerado, o que pode se resolver com a estabilização dos avanços tecnológicos.

02. A relação estabelecida pelo autor centraliza sua argumentação nos seguintes eixos temáticos:

- a) civilização grega e igualdade
- b) igualdade e Revolução Francesa.
- c) comunicação, gênero e idioma.
- d) cultura, diversidade e identidade.
- e) etnia, psicologia e tecnologia.

03. Uma fala que se relaciona, tematicamente, com o conteúdo que está expresso no 4º parágrafo do texto é:

- a) O peixe só descobre que vive na água quando esbarra na margem.
- b) A hora mais escura do dia é a que vem logo antes de o sol nascer.
- c) O mesmo sol que derrete a manteiga endurece o barro.
- d) Águas passadas não movem moinho.
- e) Não é o que possuímos, mas o que gozamos, que constitui nossa abundância.

04. No trecho a seguir, o termo destacado expressa, no contexto, as noções de:

Descobri, então, que diversidade era exatamente o contrário (6º parágrafo)

- a) causa e consequência.
- b) tempo e conclusão.
- c) concessão e condição.
- d) causa e finalidade.
- e) contradição e conformidade.

05. No penúltimo parágrafo do texto, no trecho assiste a um programa de debates da TV, o verbo **assistir** possui a mesma regência que na oração:

- a) O prefeito assiste o secretário no exercício das suas funções.
- b) Precisamos de uma funcionária que assista a direção nos telefonemas e papelada.
- c) A equipa médica não chegou a tempo de assistir o paciente.
- d) Eu assisto em Petrópolis.
- e) Todos os moradores do prédio assistiram à briga dos vizinhos do quinto andar.

Texto II

Os nomes e os lugares

É sempre perigoso usar termos geográficos no discurso histórico. É preciso ter muita cautela, pois a cartografia dá um ar de espúria objetividade a termos que, com frequência, talvez geralmente, pertencem à política, ao reino dos programas, mais que à realidade. Historiadores e diplomatas sabem com que frequência a ideologia e a política se fazem passar por fatos. Rios, representados nos mapas por linhas claras, são transformados não apenas em fronteiras entre países, mas fronteiras “naturais”. Demarcações linguísticas justificam fronteiras estatais.

A própria escolha dos nomes nos mapas costuma criar para os cartógrafos a necessidade de tomar decisões políticas. Como devem chamar lugares ou características geográficas que já têm vários nomes, ou aqueles cujos nomes foram mudados oficialmente? Se for oferecida uma lista alternativa, que nomes são indicados como principais? Se os nomes mudaram, por quanto tempo devem os nomes antigos ser lembrados?

(HOBSBAWM, Eric. Tempos fraturados. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 109)

06. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do primeiro parágrafo do texto em:

- a) se fazem passar por fatos = desprezam a potência do que é verdadeiro
- b) sabem com que frequência = reconhecem o quanto é raro
- c) demarcações linguísticas = embaraços da linguagem
- d) um ar de espúria objetividade = um aspecto de suposta verdade
- e) reino dos programas = poderio das ciências

07. Ao se flexionar na voz passiva, a forma verbal atende às normas de concordância na frase:

- a) A partir do momento em que são adotados pelo cartógrafo idôneo, o critério linguístico se mostra adequado na produção dos mapas.
- b) Como deixar de se reconhecerem nas nomeações dos mapas a influência determinante de motivos políticos e ideológicos?
- c) Ainda que se determine os requisitos de nomeação adotados pelos cartógrafos, jamais eles alcançarão uma plena objetividade.
- d) Ao se revelar no mapa, os títulos cartográficos sobrepõem-se muitas vezes à conformação natural daquilo que designa.
- e) Na medida em que se submetam a algum requisito objetivo, as denominações de um mapa podem fazer muito sentido.

08. Marque a assertiva em que está clara e correta a redação do comentário do texto:

- a) O fato de haverem títulos semelhantes para os mesmos elementos cartográficos indicam muitas vezes a precariedade destas nomeações.
- b) É ao longo da história aonde se verificam quão poucos precisos são os critérios que se adotam nos princípios da cartografia.
- c) Em diversos momentos da história, os cartógrafos sentem a sobrecarga de uma decisão política na hora de nomear os componentes de um mapa.

- d) Reivindica o autor do texto de que a cartografia seja capaz de revelar equívocos à medida em que se denominam os seus objetos.
- e) Por conta de motivos históricos acabam por nomear-se acidentes que deveriam ser restritos à simples geografia dos mesmos.

09. Marque a alternativa que exige o emprego da crase pelo mesmo motivo do trecho **pertencem à política**:

- a) Ele terminou a prova às pressas, pois já passava do horário.
- b) Ele fez um gol à Pele.
- c) A partida de futebol terá início às 17h.
- d) A peça à qual assisti não valeu um centavo do que paguei.
- e) Estávamos observando tudo à distância de cinco metros.

10. Assinale a alternativa em que o emprego de duas vírgulas é proibido:

- a) O meu primo que estava doente não chegou na hora.
- b) Jamais lhe poderei dizer que isto se passou na casa de uma das mais tradicionais famílias da região os Campos.
- c) Mesmo que tu chegues atrasado João não deixes de trazer as cartilhas que te emprestei sábado último.
- d) A muito custo após algumas horas disseram que não haviam chegado os impressos para formalizar a petição.
- e) A mulher se divide em quatro partes: cabeça tronco membros e espelho.

11. Marque a alternativa em que a escrita respeita as regras de ortografia e acentuação:

- a) De modo sucinto, a ideia principal do trabalho está em deixar que as correntes minoritárias desempenhem qualquer projeto.
- b) Em poucas palavras, a ideia principal do trabalho consiste em deixar que as correntes minoritárias realizem o projeto completo.

c) Em síntese, a ideia principal do trabalho equivale a deixar que as correntes minoritárias furtem-se a quaisquer objetivos.

d) Para sintetizar, a ideia principal do trabalho tem haver com deixar que as correntes minoritárias executem o projeto integralmente.

e) Sem mais delongas, a ideia principal do trabalho assemelha-se a deixar que as correntes minoritárias desempenhem hesitosamente o projeto.

12. O elemento sublinhado no trecho que se segue introduz noção de

Isso **porque** o feito, se comprovado, atingiu o que se conhece atualmente como “supremacia das relações sociais”.

- a) explicação
- b) condição.
- c) consequência.
- d) contradição
- e) causa.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Guilherme Neves

13. Carlos, Renan, Guilherme, Abelardo e Herbert são suspeitos de um crime. A polícia sabe que apenas um deles cometeu o crime. No interrogatório, os suspeitos deram as seguintes declarações:

Carlos: Herbert é o culpado do crime.
Renan: Guilherme é o culpado do crime.
Guilherme: Foi Carlos quem cometeu o crime.
Abelardo: Renan não cometeu o crime.
Herbert: Eu não cometi o crime.

Sabe-se que o culpado do crime disse a verdade na sua declaração. Dentre os outros quatro suspeitos, exatamente três mentiram na declaração. Sendo assim, o único inocente que declarou a verdade foi

- a) Carlos.
- b) Renan.
- c) Guilherme.
- d) Abelardo.
- e) Herbert.

14. Com base na proposição “Se um aluno estudar adequadamente, então ele passará em um concurso”, é correto afirmar que:

- a) A maior parte dos alunos que passam em um concurso estudam adequadamente.
- b) Todos os alunos que não estudam adequadamente não passam em um concurso.
- c) Todos os alunos que estudam adequadamente passam em um concurso.
- d) Havendo alunos que passam em um concurso, certamente estudam adequadamente.
- e) É possível que existam alunos que estudam adequadamente e não passam em um concurso.

15. Considere as proposições abaixo.

p: Antonio estuda. ; q: Marília vai ao Shopping Center.
; r: Manuella não estuda.

Admitindo que essas três proposições são verdadeiras, qual das seguintes afirmações é FALSA?

- a) Antonio não estuda ou Manuella não estuda.
- b) Se Antonio não estuda, então Marília vai ao Shopping Center.
- c) Marília vai ao Shopping Center e Manuella não estuda.
- d) Se Marília vai ao Shopping Center, então Antonio estuda ou Manuella estuda.
- e) Se Manuella não estuda, então Antonio estuda e Marília não vai ao Shopping Center.

16. Considere a sentença:

“Se Guilherme é gordo, então Guilherme não é atleta.”
Assinale a opção que apresenta a sentença logicamente equivalente à sentença dada.

- a) “Se Guilherme não é atleta, então Guilherme é gordo.”
- b) “Se Guilherme não é gordo, então Guilherme é atleta.”
- c) “Se Guilherme é atleta, então Guilherme não é gordo.”
- d) “Guilherme é gordo e atleta.”
- e) “Guilherme não é gordo e não é atleta.”

17. Em um curso de Matemática, sabe-se que $\frac{2}{3}$ dos alunos matriculados são mulheres. Em certo dia, $\frac{2}{5}$ das mulheres matriculadas no curso estavam presentes e todos os homens matriculados estavam presentes, totalizando 27 alunos (homens e mulheres) presentes na aula. Com base nessas informações, o total de alunos homens matriculados nesse curso é igual a

- a) 18
- b) 10
- c) 15
- d) 12
- e) 21

18. Duas torneiras de água enchem um tanque. A primeira se aberta sozinha enche o tanque em 9 horas e a segunda também aberta sozinha enche o tanque em 15 horas. Estando o tanque vazio e abrindo a primeira torneira durante 3 horas e em seguida fechando esta e abrindo a outra torneira, em quanto tempo o tanque estará cheio contando desde o início das operações com as torneiras?

- a) 10 h
- b) 11 h
- c) 12 h
- d) 13 h
- e) 14h

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

19. No que tange ao Direito das Pessoas com Deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) Os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando Desenho Universal e adotando as normas legais quanto a acessibilidade, sendo dispensado de qualquer adaptação hotéis e pousadas existentes antes da publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, desde que, construídos atendendo as normas construtivas vigentes na época da sua edificação.
- b) Em locais públicos, deve existir um número mínimo de banheiros químicos acessíveis, que corresponderá a 10% (dez por cento) do total, garantindo-se pelo menos 1 (uma) unidade acessível caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a 1 (um).
- c) À pessoa com deficiência é assegurado, conforme previsão expressa do Estatuto da Pessoa com Deficiência o direito a bolsas de estudo subsidiadas em universidades privadas e à reserva de 5% das vagas em universidades públicas, sem prejuízo da aferição de critérios mínimos de mérito acadêmico.
- d) A prioridade no recebimento de precatórios e na tramitação de processos judiciais e administrativos é direito da pessoa com deficiência.
- e) De acordo com a Lei de acessibilidade, Lei 10.098/200, a exigência de elevador adaptado é obrigatória para todos os edifícios de uso privado destinados às habitações unifamiliares.

20. Joana é pessoa com deficiência e ao se dirigir ao shopping de sua cidade para realizar algumas compras, não encontrou vaga de estacionamento destinada a pessoa com deficiência. Nestes termos, é correto afirmar, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência que:

- a) Em todas as áreas de estacionamento de uso público coletivo devem existir vagas reservadas a pessoas com deficiência.

- b) As vagas reservadas as pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade devem equivaler ao percentual de 2% do total, garantida, no mínimo, 1 vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.
- c) As pessoas que estacionam em vagas reservadas devem exibir, quando solicitadas, a credencial de beneficiário.
- d) A credencial de beneficiário, a ser confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito, tem validade na Comarca de domicílio do beneficiário.
- e) Somente em áreas de estacionamento em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. No que se refere à improbidade administrativa, com base na Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- a) As disposições da referida lei somente são aplicáveis aos servidores públicos.
- b) Agir de forma negligente ao arrecadar tributo é conduta caracterizada como ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não está sujeito às disposições da Lei nº 8.429/92.
- d) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de agente público ou de terceiro, deverá ocorrer o integral ressarcimento do dano.
- e) O agente público que se recusar a prestar declaração de bens, dentro do prazo determinado, será suspenso de suas atividades por até noventa dias.

22. Tomando por base a disciplina atinente aos processos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Nos casos em que existe lei específica regendo o processo administrativo, a Lei nº 9.784/99 será aplicável de maneira subsidiária, e não direta.
- b) As disposições da Lei nº 9.784/99 não podem ser aplicadas no âmbito do Poder Judiciário.
- c) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
- d) Os prazos de um processo administrativo começam a correr a partir da data da cientificação oficial, incluindo-se da contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
- e) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, podendo resultar no agravamento da referida penalidade.

23. Com base na Lei nº 8.666/93 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta a respeito de contratos administrativos e licitações públicas.

- a) Empresa que se encontra em recuperação judicial nunca pode participar de licitação.
- b) A Lei de Licitações exige, para a realização da licitação de obras e serviços, que haja disponibilização dos recursos financeiros necessários à execução do objeto a ser contratado, sendo insuficiente a previsão dos recursos orçamentários.
- c) Salvo os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante realização de concorrência.
- d) É vedada a contratação de terceiros para ajudar a Administração na obtenção de informações referentes à execução do contrato, a exemplo das atividades de gerenciamento e supervisão de obras.
- e) Em um contrato administrativo poderão existir supressões acima de 25% do valor originalmente firmado.

24. Acerca dos princípios administrativos, julgue os itens a seguir:

- I. A aplicação do princípio da juridicidade resulta implica redução da discricionariedade administrativa.
- II. Com base no princípio da autotutela, órgãos do Poder Judiciário podem revogar os seus próprios atos.
- III. O princípio da especialidade refere-se aos órgãos especializados decorrentes da desconcentração administrativa.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I, II e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

25. Em relação à responsabilidade civil do Estado pelos atos praticados pelos seus agentes, é correto asseverar que:

- a) a responsabilidade objetiva abrange somente as pessoas jurídicas de direito público.
- b) é adotada no Brasil a teoria do risco administrativo, sendo que possui caráter absoluto o princípio da responsabilidade objetiva.
- c) a responsabilidade civil do Estado será atenuada se ocorrer culpa exclusiva da vítima.
- d) na teoria da culpa administrativa, caso a vítima comprove a falha do serviço decorrente de sua inexistência e a lesão sofrida, em regra o Estado será responsabilizado.
- e) na omissão específica, a responsabilidade civil do Estado depende necessariamente da comprovação da culpa do agente ou da administração.

26. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O ato de doação não é considerado um ato administrativo.
- b) Quanto aos efeitos, o ato administrativo pode ser perfeito, imperfeito ou pendente.
- c) Os elementos acidentais não existem em todos os atos administrativos.
- d) Em regra, a anulação dos atos administrativos, de forma contrária à revogação, não respeita os direitos adquiridos.
- e) A homologação é procedimento no qual examina-se apenas o aspecto da legalidade.

27. A punição sobre uma empresa particular que não cumpriu um contrato administrativo decorre do poder:

- a) hierárquico.
- b) disciplinar.
- c) de polícia.
- d) vinculado.
- e) regulamentar.

28. Em relação às disposições atinentes à organização administrativa, julgue os itens a seguir:

- I. O consórcio público é pessoa jurídica de direito público ou privado criada por dois ou mais entes federativos para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum. Se possuir personalidade de direito público, é denominado de associação pública, inserindo-se na categoria de autarquia.
- II. A supervisão ministerial, considerada controle finalístico, pode ser observada quando se realiza a fixação das despesas de pessoal e de administração da entidade vinculada.
- III. A participação de entidade da Administração Indireta em empresa privada depende de autorização do Poder Legislativo.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que

- a) I, II e III são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede no na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

30. Compete privativamente à União legislar sobre

- a) direito penitenciário e urbanístico.
- b) custas dos serviços forenses.
- c) seguridade social.
- d) educação e ensino.
- e) procedimentos em matéria processual.

31. João é brasileiro naturalizado, tem 33 anos de idade, no pleno gozo dos direitos políticos, filiado a partido político, residente e domiciliado em Florianópolis, local em que vota, deseja disputar um mandato eletivo. É correto afirmar que

- a) João ainda não possui idade para concorrer a um mandato de deputado federal.
- b) Por ser brasileiro naturalizado, não poderá concorrer a Governador de Santa Catarina, embora possua a idade mínima para o cargo.
- c) João preenche os requisitos, em tese, para ser eleito prefeito de Florianópolis.
- d) João não pode concorrer a deputado estadual de Santa Catarina, porque não possui a idade mínima para o cargo, mas pode concorrer a prefeito de Florianópolis.
- e) João, embora tenha a capacidade eleitoral ativa, não possui capacidade eleitoral passiva, uma vez que estrangeiros são absolutamente inelegíveis.

32. Conforme disposto expressamente no texto da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais

- a) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário e involuntário.
- b) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno em pelo menos 50%.
- c) repouso semanal remunerado aos domingos.
- d) gozo de férias anuais remuneradas com acréscimo de 50% em relação ao salário normal.
- e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.

33. A respeito das garantias e das vedações constitucionais aplicáveis aos magistrados, indique a assertiva incorreta.

- a) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- b) A vitaliciedade, na magistratura, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

d) Juízes não podem exercer atividade político-partidária.

e) Juízes aposentados ou exonerados só poderão exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram depois de decorridos três anos do afastamento.

34. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário

a) as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.

b) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

d) o crime político.

e) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

35. Acerca do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva incorreta.

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o Presidente da República nas infrações penais comuns. Nos crimes de responsabilidade, a competência é do Senado Federal.

b) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados.

c) O Presidente da República, durante o mandato, não será preso enquanto não sobrevier sentença condenatória.

d) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

e) Atentar contra o livre exercício do Ministério Público é crime de responsabilidade praticado pelo Presidente da República.

36. A respeito do Ministério Público, indique a assertiva correta.

- a) O Ministério Público abrange o Ministério dos Estados e o Ministério Público Federal, que compreende o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo próprio Ministério Público, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) É função institucional do Ministério Público a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. De acordo com o Código Civil, somente se consideram interessados para requerer a sucessão provisória:

- a) o cônjuge não separado judicialmente;
- b) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;
- c) os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) os credores de obrigações vencidas e não pagas;
- e) o Ministério Público.

38. Não são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as associações;
- b) as fundações;
- c) os partidos políticos;
- d) os entes de fiscalização do exercício profissional;
- e) as organizações religiosas.

39. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva;
- b) quando não estiver vencido o prazo;
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;

40. O prazo para requerer a anulação da venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, é:

- a) decadencial, de dois anos;
- b) prescricional, de dois anos;
- c) decadencial, de quatro anos;
- d) prescricional, de quatro anos;
- e) prescricional, de cinco anos.

41. Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

- a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;
- b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;
- c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;
- d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho;
- e) o depósito necessário não se presume gratuito.

42. São elementos necessários para a configuração da responsabilidade civil subjetiva:

- a) o dano, apenas.
- b) o nexo causal, a culpa e o ato ilícito.
- c) o fato jurídico, a ilicitude e o nexo de causalidade.
- d) o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade e a culpa.
- e) o dano, o ato ilícito e o nexo causal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

43. Sobre as normas fundamentais do processo civil, é correto que:

- a) As partes poderão, sempre possível, promover a solução consensual de seus próprios conflitos.
- b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos devem ser estimulados exclusivamente pelos juízes, conciliadores e mediadores.
- c) O Código de Processo Civil prevê expressamente o princípio da duração razoável do processo, mas o restringe à fase de conhecimento, à solução do mérito.
- d) O juiz, ao aplicar o ordenamento jurídico, deverá atender aos fins sociais e às exigências do bem comum, sem descuidar de promover a dignidade da pessoa humana e observar a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, mas poderão ter sua publicidade restringida nos casos de segredo de justiça, quando será autorizada a presença somente das partes.

44. Todos os órgãos do Poder Judiciário têm o dever de recíproca cooperação por meio de seus magistrados e servidores de modo que:

- a) os juízes poderão formular entre si pedido de cooperação para a prática de determinados atos elencados no Código de Processo Civil.
- b) o pedido de cooperação jurisdicional deverá observar forma específica para sua plena execução.

c) órgãos jurisdicionais de diferentes ramos dos Poder Judiciário não poderão realizar pedidos de cooperação judiciária, ficando restritos aos órgãos do mesmo ramo.

d) podem ser realizadas citações, intimações, notificações de atos, assim como a obtenção e apresentação de provas, sendo vedada a execução de decisões.

e) o pedido de cooperação independe de forma específica e poderá ser executado como auxílio direto e atos concertados entre os juízes cooperantes.

45. Em regra, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título. Em relação às despesas processuais e aos honorários advocatícios, pode-se afirmar que:

- a) incumbe ao réu adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determina de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- b) a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e a pagar honorários ao advogado da parte adversa.
- c) o autor que residir fora do Brasil ou deixar de residir no país ao longo do trâmite processual obrigatoriamente prestará caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária, caso não tenha bens imóveis que assegurem o pagamento.
- d) as despesas abrangem as custas dos atos do processo, indenização de viagem, mas não abrangem a remuneração do assistente técnico e a diária da testemunha.
- e) o Código de Processo Civil estabelece o teto máximo de 20% (vinte por cento) para os honorários advocatícios, mas não prevê percentual mínimo para tal verba.

46. Ao verificar que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e que não é o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação. Sobre esse importante ato processual, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz designará a audiência com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência.
- b) O Código de Processo Civil veda que seja realizada mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, posto que as partes terão outros momentos voltados à autocomposição ao longo do processo.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação não será realizada em duas hipóteses: quando não se admitir a autocomposição e quando ambas as partes manifestarem, expressamente, seu desinteresse na composição consensual. Ademais, em caso de litisconsórcio, o Código exige que o desinteresse seja manifestado por todos os litisconsortes.
- d) A audiência de conciliação ou de mediação poderá ser realizada por meio eletrônico, sendo desnecessária a presença de advogados ou defensores públicos.
- e) A parte deverá comparecer pessoalmente à audiência, sendo vedada a constituição de representante para tal ato.

47. João moveu ação indenizatória contra Paulo, mas este acredita que aconteceu um equívoco pois não é legítimo para figurar no polo passivo. Nesse caso:

- a) Paulo poderá alegar a sua ilegitimidade a qualquer momento do processo até a prolação da sentença.
- b) Ao alegar sua ilegitimidade, Paulo não é obrigado a indicar o sujeito passivo correto da relação jurídica discutida, ainda que tenha conhecimento de quem se trata.
- c) Feita a indicação, João procederá à alteração da petição inicial para a substituição do réu e deverá reembolsar as despesas e pagar os honorários do advogado de Paulo.
- d) Ao indicar o correto sujeito passivo da relação jurídica processual, Paulo será automaticamente excluído do polo passivo da demanda.

e) João, após a indicação feita por Paulo, está obrigado a alterar a petição inicial para substituição do réu.

48. Após o saneamento e a organização do processo, será designado dia e hora para a realização da audiência de instrução e julgamento. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência.
- b) o juiz não tentará conciliar as partes caso já tenham sido empregados métodos de solução consensual de conflitos, a exemplo da mediação e da arbitragem.
- c) o juiz exercerá o poder de polícia, devendo manter a ordem e o decoro na audiência, ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente, mas não poderá requisitar força policial.
- d) a audiência de instrução e julgamento não poderá ser adiada por convenção das partes.
- e) quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, o debate oral poderá ser substituído por razões finais escritas, que serão apresentadas no prazo comum de 15 dias.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

49. João Augusto, objetivando comprar um veículo financiado, dirige-se à Concessionária de veículos Pik Pik na cidade de Santo André-SP, e apresentada documento de identidade falso ao vendedor para aprovação do financiamento do carro BMW X1. Passados 3 dias do pedido de compra, o banco aprova o financiamento e João Augusto retorna à loja para retirada do carro adquirido. Nessa situação hipotética, João Augusto deverá responder pelo (s) crime (s):

- a) estelionato e uso de documento falso.
- b) apropriação indébita e uso de documento falso
- c) apenas pelo uso de documento falso.
- d) furto mediante fraude e uso de documento falso.
- e) apenas pelo estelionato.

50. Alberto Roberto, estudante com 18 anos de idade, namorava Dalila Eugênia, que também era estudante, com 17 anos de idade. Em uma bela noite de domingo, o casal de adolescentes passeava tranquilamente pelas ruas de São Paulo, quando Alberto Roberto teve a ideia de subtrair os pertences dos turistas que estavam por ali circulando. Dalila Eugênia concorda com a manobra criminosa e juntos conseguem arrancar do pescoço de uma vítima dois cordões de ouro e já na posse do bem subtraído, mas para garantir a posse do objeto, empregaram violência contra a vítima. Ato contínuo evadiram-se do local dos fatos e se esconderam embaixo de um viaduto. No dia seguinte, que era a data de aniversário de 18 anos de Alberto Roberto, ambos foram encontrados e conduzidos até a delegacia especializada. Diante disso, Dalila Eugênia

- a) não poderá responder na vara criminal pelo crime de roubo, de acordo com a teoria da atividade.
- b) poderá ser responsabilizado pelo crime de roubo perante a vara criminal, nos moldes do que determina a teoria da atividade.
- c) poderá ser responsabilizado pelo crime de furto, de acordo com a teoria da atividade.
- d) não poderá responder perante a vara criminal pelo crime de furto, de acordo com a teoria da ubiquidade.
- e) poderá ser responsabilizado pelo crime de roubo perante a vara criminal, nos moldes do que determina a teoria da ubiquidade.

51. Lucas, primário, foi condenado à pena de 4 anos de reclusão pela prática do crime de extorsão, na forma simples, porque teria constrangido Mabel, mediante violência, a assinar uma folha de cheque no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Nesse caso,

- a) a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por pena restritiva de direitos, tendo em vista que a pena aplicada permite referida substituição.
- b) a pena poderá ser substituída, vez que não há óbice quanto à violência empregada.

c) não será possível substituir a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, pois o Código Penal veda a substituição no caso de crimes cometidos com violência ou grave ameaça.

d) não será possível substituir a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, pois o Código Penal veda a substituição em razão da pena aplicada.

e) a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por pena restritiva de direitos, pois embora o crime tenha sido cometido com violência e grave ameaça, a pena aplicada permite a substituição.

52. Ruy Décio pratica crime de furto de um celular e vende-o para Benedito. Ambos são processados nos mesmos autos. No curso do processo verifica-se a prescrição da ação penal em relação a Ruy Décio que é menor de 21 anos, extinguindo-se a punibilidade do furto. Essa extinção de punibilidade alcança, também, o crime de receptação, favorecendo Benedito?

- a) Sim, por se tratar de crimes conexos, praticados em coautoria.
- b) Não, porque o crime de furto é personalíssimo.
- c) Sim, porque desaparecendo o furto, pela prescrição, também desaparece a receptação, porque aquele é pressuposto desta.
- d) Sim, por se tratar de crime de mão própria.
- e) Não, porque a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se estende a este.

53. Gilberto, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha, determinada quantia que dispunha em razão de seu cargo que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de:

- a) crime de peculato-desvio, independentemente de Gilberto ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.
- b) crime de apropriação indébita, independentemente de Gilberto ser ou não servidor público.

- c) crime de emprego irregular de verbas públicas, já que o desvio da quantia ocorreu em proveito da administração.
- d) crime de prevaricação, posto que Gilberto agiu para satisfazer sentimento pessoal.
- e) crime de corrupção passiva privilegiada.

54. Assinale a opção INCORRETA, acerca de crimes contra o patrimônio.

- a) No delito de apropriação indébita, se o réu for primário e a coisa de pequeno valor, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção.
- b) Nos delitos patrimoniais, as imunidades penais de caráter pessoal, isentam o agente de pena não se aplicando aos coautores e partícipes.
- c) para o aperfeiçoamento do crime de receptação, não se faz necessária a existência de anterior de crime contra o patrimônio.
- d) no roubo próprio, a violência ou grave ameaça deve ser empregada antes ou durante a efetiva subtração do objeto.
- e) a simples relação de emprego ou hospitalidade não é bastante para configurar a majorante do abuso de confiança no crime de furto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. A respeito da ação penal, assinale a resposta correta:

- a) A denúncia ou queixa deverá conter necessariamente a qualificação completa do acusado, não podendo ser suprida pela indicação de características ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo.
- b) Nas ações penais públicas condicionadas à representação, exige-se declaração formal escrita por parte do ofendido ou seu procurador com poderes especiais.
- c) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado ou Município, a ação penal será pública.

- d) No caso de morte do ofendido, se a ação penal de natureza privada não for classificada como personalíssima, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, companheiro, ascendentes e descendentes, mas não ao irmão.
- e) caberá retratação da representação até o momento do recebimento da denúncia.

56. No que diz respeito aos sujeitos processuais, marque a opção correta.

- a) O juiz dar-se-á por suspeito se ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- b) O acusado não poderá ser julgado ou processado sem um defensor, salvo se foragido ou ausente.
- c) as prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da Justiça, no que lhes for aplicável;
- d) A participação do membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- e) O ofendido somente poderá requerer sua admissão como assistente de acusação até o momento do recebimento da denúncia;

57. Sobre a citação no Processo Penal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A citação do militar é feita por mandado e cumprido pelo Oficial de Justiça.
- b) É admissível, no Processo Penal, a citação com hora certa.
- c) Na citação ficta, realizada por meio de edital, o acusado não comparecendo ou não tendo constituído advogado no prazo legal, o processo deve ficar suspenso, bem como o prazo prescricional.
- d) A citação inicial far-se-á por mandado quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- e) O processo penal seguirá sem a presença do acusado que citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado;

58. No que diz respeito à Sentença, é correto afirmar que:

- a) A sentença condenatória deverá sempre ser publicada na íntegra por expressa disposição legal.
- b) Ao proferir a sentença, o juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- c) A sentença conterà a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão, sendo desnecessária a indicação dos artigos de lei aplicados.
- d) Ao proferir sentença condenatória, o juiz deve fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando a capacidade econômica do condenado.
- e) É denominada absolutória própria a sentença em que o juiz absolve o acusado, mas impõe-lhe medida de segurança

59. Joaquim Xavier e seu defensor, foram pessoalmente intimados da sentença condenatória numa quinta-feira, 20 de agosto de 2020, sendo feriado na sexta-feira, dia 21 de agosto de 2020. Nesse caso, o prazo para interposição da apelação será:

- a) terça-feira, 25 de agosto de 2020.
- b) quarta-feira, 26 de agosto de 2020
- c) sexta-feira, 28 de agosto de 2020.
- d) quinta-feira, 27 de agosto de 2020.
- e) segunda-feira, 24 de agosto de 2020.

60. A decisão que deixa de receber a denúncia, ofertada por crime de roubo, pode ser atacada por:

- a) apelação.
- b) mandado de segurança.
- c) embargos de declaração.
- d) recurso em sentido estrito.
- e) “habeas corpus”.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-23-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>